

Governistas rejeitam aumento do FEF

CÉSAR FELÍCIO

BRASÍLIA – Os líderes políticos do Congresso se preparam para modificar pelo menos quatro pontos do Programa de Estabilidade Econômica, divulgado ontem pelo governo. Os parlamentares não aceitam o aumento da alíquota do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), de 20% para 40%, a partir de 2000; a elevação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,2% para 0,38%; o aumento da Cofins de 2% para 3% e a cobrança de contribuição

previdenciária dos servidores inativos.

A batalha das lideranças governistas para modificar as medidas começou ainda no Palácio da Alvorada, em café da manhã com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Os líderes foram informados de que o governo admite que há margem de negociação, desde que não fiquem comprometidos os R\$ 28 bilhões, a meta do programa.

“O ajuste não está fechado. Temos tempo para discutir”, reconheceu o líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG). “Queremos examinar o programa com a independência que o Legis-

lativo sempre teve. O que o governo quer é uma soma de recursos. Se o Congresso der esta soma mudando o pacote, o governo não vai se opor”, disse o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

FEF – De longe, a medida que levanta mais resistências é o aumento do FEF (uma retenção de 20% nas transferências da União para estados e municípios). O presidente Fernando Henrique anunciou aos líderes que não haveria mudanças no FEF para 1999. Mas não deixou claro que no ajuste constava a prorrogação do FEF até

2006 e a passagem da alíquota para 40% em 2000, caso a reforma tributária não seja aprovada em 1999.

Os líderes governistas chegaram a comemorar. Mas quando receberam o relatório de medidas veio a surpresa, nada agradável: “Isto não existe. O presidente não falou isto. Desconheço o que está neste papel”, afirmou o líder do PMDB na Casa, Geddel Vieira Lima (BA). “Isto é uma loucura, um absurdo total. Se essa medida for enviada ao Congresso, não passará em hipótese alguma”, disse o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE).